

P. 12/2015

----- CONTRATO DE ADJUDICAÇÃO DA EMPREITADA DA CIRCULAR DE
TONDELA – ACESSO E.R. 230 ALTO PENDÃO I.P. 3 – 3ª FASE. -----

----- No dia cinco do mês de Março de dois mil e quinze, no edifício dos Paços do
Concelho, eu Artur Ferreira Gonçalves, Oficial Público da Câmara Municipal de
Tondela, reduzo a escrito o presente contrato com os seguintes outorgantes:-----

-----PRIMEIRO-----

----- José António Gomes de Jesus, casado, natural e residente na freguesia e
Concelho de Tondela, na qualidade de Presidente da Câmara Municipal de Tondela,
outorgando em representação do Município de Tondela com o NIPC 506 822 680,
por força do disposto na alínea f) do número 2 do artigo 35.º, da Lei número
75/2013, de 12 de Setembro. -----

-----SEGUNDO-----

----- Paulo José Flório de Almeida, casado, natural e residente na Freguesia de
Penacova, com o cartão de cidadão número 08152868, válido até 30/01/2018,
emitido pela República Portuguesa, com o NIF 168 483 203, com poderes para
outorgar na qualidade de procurador e em representação da Sociedade Anónima
Civibérica – Obras Cívicas, S.A., com o NIPC 510 520 251, com sede na Zona
Industrial a Pedrulha, Lote 12, Freguesia de Casal Comba, Concelho da Mealhada,
conforme verifiquei por Certidão Permanente do Contrato de Sociedade subscrita
em vinte e sete de Junho de dois mil e treze e por Procuração datada de dois de
Janeiro de dois mil e quinze, que arquivo respetivamente sob os números um e dois
e com o Alvará de Construção número 69591, que arquivo sob o número três. -----

----- Verifiquei a identidade do primeiro outorgante pelo conhecimento pessoal
que dele tenho, bem como dos poderes que legitimam a sua intervenção neste ato e a
do segundo outorgante pela exibição do mencionado documento de identificação. ---

----- Pelo primeiro outorgante foi dito que a Câmara Municipal de Tondela em sua reunião de 13/01/2015, cuja cópia da deliberação arquivo sob o número quatro, deliberou adjudicar à firma aqui representada pelo segundo outorgante e após procedimento por Concurso Público publicado no número 227 da II Série do Diário da República de 24/11/2014, a empreitada da Circular de Tondela – Acesso E.R. 230 Alto Pendão I.P. 3 – 3ª fase, de acordo com a sua proposta e correspondente lista de preços unitários que lhe serviu de base datada de 05/12/2014, que arquivo sob o número cinco. -----

----- A minuta deste contrato foi aprovada em reunião da Câmara realizada em 24/02/2015, que arquivo sob o número seis. -----

----- O valor da presente adjudicação é de novecentos e quarenta e nove mil e oitocentos euros, mais o Imposto sobre o Valor Acrescentado à taxa legal em vigor.

----- Que esta empreitada é por série de preços e os pagamentos se efetuarão no prazo de sessenta dias após a receção pela Câmara das respetivas faturas, as quais só podem ser emitidas após o vencimento da obrigação respetiva, mediante Autos de Medição a realizar mensalmente, de acordo com a cláusula 32ª do Caderno de Encargos, que arquivo sob o número sete. -----

----- Em caso de atraso do contraente público no cumprimento das obrigações de pagamento do preço contratual, tem o empreiteiro direito aos juros de mora sobre o montante em dívida à taxa legalmente fixada para o efeito pelo período correspondente à mora, os quais serão obrigatoriamente abonados ao empreiteiro, independentemente de este os solicitar e incidirão sobre a totalidade da dívida. -----

----- No caso de falta de aprovação de alguma fatura em virtude de divergências entre o diretor de fiscalização da obra e o empreiteiro quanto ao seu conteúdo, deve aquele devolver a respetiva fatura ao empreiteiro, para que este elabore uma fatura

com os valores aceites pelo diretor de fiscalização da obra e uma outra com os valores por este não aprovados. -----

----- Em caso de atraso no início ou na conclusão da execução da obra por facto imputável ao empreiteiro, o dono da obra pode aplicar uma sanção contratual, por cada dia de atraso, em valor correspondente a um por mil do preço contratual. -----

----- No caso de incumprimento de prazos parciais vinculativos de execução da obra por facto imputável ao empreiteiro, é aplicável o disposto no parágrafo anterior, sendo o montante da sanção contratual aí prevista reduzido a metade. -----

----- O empreiteiro tem direito ao reembolso das quantias pagas a título de sanção contratual por incumprimento dos prazos parciais vinculativos de execução da obra quando recupere o atraso na execução dos trabalhos e a obra seja concluída dentro do prazo de execução deste Contrato. -----

----- Que a revisão de preços será calculada nos termos do Decreto-Lei número 6/2004, de 06 de Janeiro, de acordo com o estipulado no Decreto-lei número 18/2008, de 29 de Janeiro, mediante a seguinte fórmula: -----

$$Ct = 0,17 \frac{St_t}{So_0} + 0,14 \frac{M03t}{M03_0} + 0,02 \frac{M15t}{M15_0} + 0,12 \frac{M18t}{M18_0} + 0,02 \frac{M20t}{M20_0} + 0,01 \frac{M21t}{M21_0} + 0,09 \frac{M22t}{M22_0} \\ + 0,01 \frac{M24t}{M24_0} + 0,02 \frac{M30t}{M30_0} + 0,02 \frac{M35t}{M35_0} + 0,01 \frac{M45t}{M45_0} + 0,01 \frac{M48t}{M48_0} + 0,01 \frac{M49t}{M49_0} + 0,25 \frac{Et}{E_0} + 0,10$$

----- Que esta empreitada deverá estar concluída cinco meses após a assinatura do Auto de Consignação que será assinado em simultâneo com o presente contrato, prevendo-se o seu início em 05/03/2015 e o seu termo em 04/08/2015. -----

----- Que na parte não especialmente prevista neste Contrato e Caderno de Encargos, se aplicarão as normas legais reguladoras do regime jurídico de

Empreitadas e Fornecimentos de Obras Públicas, aprovadas pelo Decreto-Lei número 18/2008, de 29 de Janeiro. -----

----- Pelo segundo outorgante foi dito que aceita para a firma que aqui representa, a presente adjudicação com todas as obrigações que deste contrato emergem, pela forma como fica exarado e documentos que dele fazem parte integrante e atrás mencionados, renunciando a todo o benefício ou direito que de qualquer modo as possa limitar, restringir ou anular. -----

----- O encargo total deste contrato incluindo o Imposto Sobre o Valor Acrescentado à taxa legal de seis por cento, no montante de cinquenta e seis mil novecentos e oitenta e oito euros, é de um milhão e seis mil setecentos e oitenta e oito euros. -----

----- Foram também apresentados pelo segundo outorgante e juntos a este processo, os seguintes documentos: -----

----- Documento número oito: Certidão validada via internet e emitida em trinta de Dezembro de dois mil e catorze pelo Serviço de Finanças de Mealhada, comprovativa de que tem a sua situação tributária regularizada. -----

----- Documento número nove: Declaração emitida automaticamente pelo Serviço Segurança Social Direta em sete de Novembro de dois mil e catorze, comprovativa de que tem a sua situação contributiva regularizada perante a Segurança Social. -----

----- Documento número dez: Garantia Bancária número 1/2015, no montante de quarenta e sete mil quatrocentos e noventa euros, correspondente ao valor de cinco por cento da importância do contrato passada a favor do Município de Tondela pela Caixa de Crédito Agrícola Mútuo de Terras de Viriato, CRL em vinte e sete de Janeiro de dois mil e quinze, como garantia pelo cumprimento do contrato. -----

----- O encargo total deste contrato será satisfeito pelo capítulo 07-01-04-01,

conforme Orçamento aprovado em Câmara e Assembleia Municipais para o corrente ano. -----

----- O compromisso de verba tem o número sequencial 16227/2015, datado de 27/02/2015. -----

----- Mais se consigna nos termos do disposto na aliena h) do artigo 96 do Decreto-Lei número 18/2008, de 29 de Janeiro, que esta empreitada terá execução no corrente ano. -----

----- Assim o disseram.-----

-----O Primeiro Outorgante: _____

-----O Segundo Outorgante: _____

-----O Oficial Público:  _____